

Brasil poderá reduzir dívida externa em mais de 20%

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — O subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, acredita que o Brasil poderá se beneficiar com uma redução de mais de 20% do volume de sua dívida externa e mais de 20% do que paga de serviço (juros e taxas) sobre esses débitos aos bancos comerciais estrangeiros. Depois de uma sabatina numa das subcomissões da Câmara dos Deputados, Mulford disse ao JORNAL DO BRASIL que “se abrir mais sua economia e realizar as reformas internas que precisam ser feitas”, o Brasil poderá conseguir, nos próximos três anos, através do Plano Brady, uma redução da dívida acima da média de 20%, que o Tesouro prevê para os 39 países endividados.

Sobre suas declarações no início da semana de que o Brasil não seria um dos primeiros a se beneficiarem com o novo esquema, Mulford disse que não entendeu como isso pôde ter gerado frustração entre os brasileiros. “O que quis dizer foi apenas que o Brasil já tinha conseguido colocar em seu último acordo de refinanciamento com os bancos comerciais cláusulas que permitem a redução da dívida. O Brasil pode usar essas cláusulas para conseguir maiores reduções”, disse o sub-secretário, lembrando que, na prática, o país vem conseguindo diminuir o volume de sua dívida.

Acordo — Na realidade, o acordo que o Brasil assinou em setembro passado com os bancos comerciais — e que está sofrendo uma revisão parcial — foi o primeiro obtido por um país devedor a incluir com uma cláusula que permite a securitização, ou seja, a emissão de títulos da dívida com os descontos. O governo brasileiro espera iniciar dentro de poucos meses o uso desse e de outros mecanismos previstos pelo acordo. Para o país, o mais importante do Plano Brady é que haverá recursos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial para financiar essas operações de redução da dívida e, além disso, essas duas instituições darão garantias parciais para tornar as operações mais atraentes para os bancos.

No depoimento que prestou à subcomissão de finanças e instituições internacionais da Câmara, Mulford deixou bem claro que as facilidades para redução da dívida do Terceiro Mundo nos próximos três anos terão um preço: a aplicação rigorosa de reformas estruturais nas economias dos países devedores. “O papel de monitoramento do FMI e do Banco Mundial terá de ser ainda maior do que é atualmente, para que os países possam se beneficiar com o programa”, disse ele.

O subsecretário se negou a entrar em maiores detalhes sobre o alcance das operações de redução da dívida, alegando que os Estados Unidos não controlam todos os atores ou fatores envolvidos, o que põe em dúvida qualquer previsão. “Estamos sendo muito cuidadosos em relação aos números. É extremamente difícil calcular que tipo de números podem estar envolvidos em operações como estas, que englobam 39 países devedores e muitos fatores, como aumentos dos juros, variações das taxas cambiais, níveis de descontos nas conversões, impacto da repatriação de capital enviado ao exterior e a resposta que será dada pelos bancos, que não são apenas americanos, mas de todo o mundo”, ponderou.

Expectativas — “Sabemos que levantar esses números pode criar expectativas perigosas, mas temos de fazer algum tipo de estimativa para poder determinar os recursos necessários. Além disso, o que interessa mais são os números das reduções de dívida que podem ser alcançados país por país. Mas, estimamos que as reduções globais possam chegar a aproximadamente 20% do total da dívida e a 20% do pagamento do serviço”, disse Mulford. Ele confirmava, assim, números antecipados na edição de ontem pelo *Wall Street Journal*, citando um documento interno do Tesouro.

Mulford, um dos articuladores do Plano Brady, frisou, no entanto, que o resultado será diferente para cada país. “Por exemplo, esse cálculo (dos 20%) não leva em conta a conversão da dívida, mais possível em países devedores mais desenvolvidos. Certos países, portanto, poderão ter uma redução bem acima desses 20%, contando com as conversões”, disse ele.

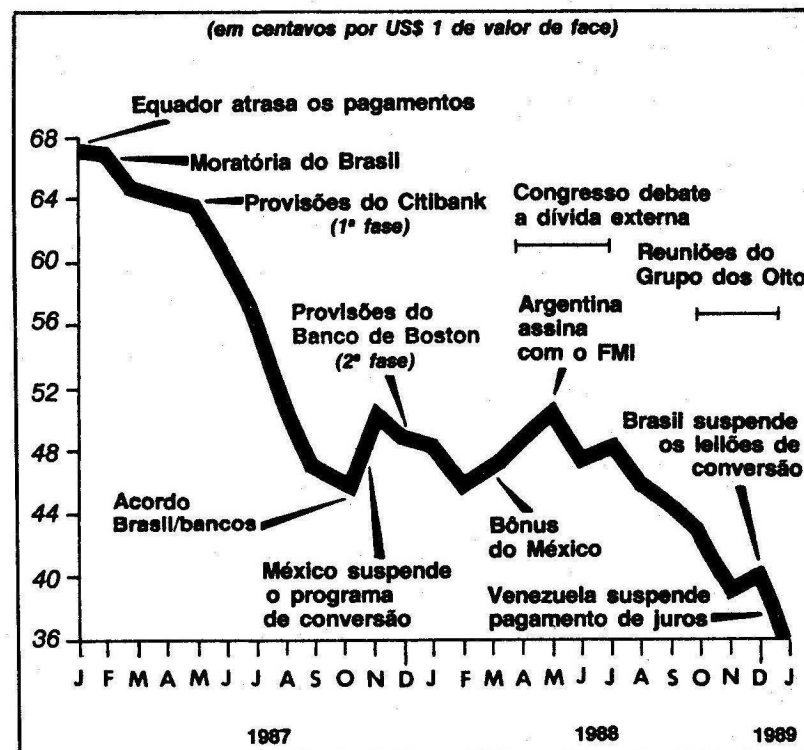
Um dos deputados insistiu sobre o caso mexicano, considerado cada vez mais em Washington como uma prioridade para o governo americano. Mulford negou-se a dizer exatamente quanto o México poderia vir a reduzir de sua dívida externa, oferecendo-se para revelar essas estimativas posteriormente, numa sessão secreta. “É perigoso falar de números”, repetiu. Acabou dizendo, entretanto, que os benefícios que o México deverá obter do plano Brady “excederão consideravelmente” a redução de 20% da dívida, em três anos, prevista para o total dos 39 países endividados.

Fed — Os deputados também insistiram muito em saber da suposta oposição que o Federal Reserve Board (o banco central americano) estaria fazendo ao Plano Brady e que papel o Japão vai desempenhar no novo esquema. Mulford disse que não tinha conhecimento de oposição por parte do Fed, mas sugeriu que deve estar havendo um mal-entendido semântico. O presidente do Fed, Alan Greenspan, se diz contrário a esquemas de “alívio da dívida”, mas o Plano Brady, segundo Mulford, é baseado em reduções voluntárias que, espontaneamente, estão surgindo no mercado.

“De 1985 a 1988, houve uma redução de US\$ 28 bilhões e não creio que o Fed tenha sido contra”, lembrou Mulford. Ele disse que o Fed foi consultado, nas últimas semanas, sobre o Plano Brady e não manifestou oposição.

Quanto ao Japão, Mulford também foi muito cuidadoso em não antecipar quantias sobre a participação financeira esperada. Deixou escapar, porém, que “não é provável” que os japoneses coloquem mais de US\$ 10 bilhões na *janelas assistenciais* do FMI, para serem usados nos mecanismos de redução de dívida. Frisou, porém, que esse dinheiro não entrará no capital do FMI nem do Banco Mundial, não significando, portanto, que os japoneses aumentem sua influência política nessas instituições (os Estados Unidos não querem perder sua preponderância como principal acionista).

Preços no mercado secundário



Fonte: Salomon Brothers

Média poderada dos 15 maiores devedores

□ O Departamento do Tesouro entregou ao Congresso americano seu parecer contrário à proposta de deputados e senadores para a criação de uma instituição internacional encarregada de promover uma drástica redução da dívida externa dos países do Terceiro Mundo. Um dos argumentos utilizados é de que o início de discussões desse tipo a esta altura afetaria gravemente o mercado secundário de títulos das dívidas, já fortemente abalado nos últimos dois anos. Num dos documentos apresentados, ontem, ao Congresso, o Tesouro revela que os papéis das dívidas dos 15 maiores devedores registraram nos últimos dois anos

queda de 47% no mercado secundário. A média desses títulos era 68 centavos por US\$ 1 do valor de face dos títulos em janeiro de 1987 e desabou para apenas 36 centavos por dólar em janeiro deste ano, segundo o quadro apresentado ao Congresso, tendo por fonte a corretora Salomon Brothers. No documento rejeitando a criação de um organismo multilateral, o secretário Nicholas Brady afirma que o início de negociações deste tipo nas atuais circunstâncias derrubaria ainda mais os valores dos títulos no mercado secundário e poderia causar um colapso nos pagamentos que vêm sendo feitos pelos países devedores. (R.C.A.)